

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-  
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA  
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

### **CAPÍTULO 3..... 18**

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

### **CAPÍTULO 4..... 24**

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,  
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO  
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos


Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

### **CAPÍTULO 5..... 35**

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES


Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

### **CAPÍTULO 6..... 45**

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES  
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

### **CAPÍTULO 7..... 57**

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE  
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

**CAPÍTULO 8..... 69**

**TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES  
SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19  
NO SERTÃO DA PARAÍBA**

Reginaldo Pereira França Junior

Maria da Conceição Silva Félix

Cleonice Peixoto Alves

Ivanyr Nayara Mascena Veras,


Letícia Bandeira Matias de Oliveira,

Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre

Moisés Elias Casimiro

Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 96**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 97**

# CAPÍTULO 1

## A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

*Data de aceite: 01/08/2022*

*Data de submissão: 05/07/2022*

**Karen de Fátima Ségala**

<http://lattes.cnpq.br/9368729859419286>

**RESUMO:** Este artigo objetiva discutir a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, buscando uma reflexão crítica sobre as possibilidades de efetivação do projeto ético político da profissão, avaliando os limites e potencialidades dentro de um cenário marcado pela ideologia capitalista. Para isso pretende-se analisar um espaço de trabalho específico do profissional, o Plantão Social, desvendando sua instrumentalidade, alternativas de ação e quais as possibilidades de contribuição para efetivação dos direitos dos usuários atendidos. Utilizamos como base de análise o Plantão Social do município de Ponte Nova- MG, localizado na região da Zona da Mata mineira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social, Projeto ético-político, Plantão Social.

**ABSTRACT:** This article discusses the role of the social worker in the Social Assistance Policy, seeking a critical reflection on the possibilities of implementing the political ethics of the profession design, evaluating the limits and potentialities within an environment marked by the ideology capitalist. For this we intend to analyze a specific workspace professional, Social Duty, unveiling their instrumentality action alternatives and the

possibilities of contributing to realization of the rights of the trainees. The base analysis Social Duty in the municipality of Ponte Nova- MG, located in the Zona da Mata region of Minas Gerais.

**KEYWORDS:** Social Assistance, ethical-political project, Social Duty.

### INTRODUÇÃO

Nos importa destacar neste artigo em qual dinâmica foram constituídas as políticas sociais brasileiras, para isso nos deteremos ao período histórico em que elas foram de fato reconhecidas como direitos dos cidadãos, legisladas na Constituição Federal de 1988. Vale destacar, que houve iniciativas estratégicas da autocracia burguesa no período da ditadura militar, no sentido de conter as forças trabalhistas que se apontavam, estabelecendo um impulso às políticas sociais, que combinavam autoritarismo com assistência. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

No entanto, somente no processo de democratização do país as políticas sociais foram reconhecidas como direito, ultrapassando o caráter de ajuda e benemerência. Porém, segundo Marini (s/ano) é na questão democrática que reside o desafio principal para o Brasil, assim como para o mundo contemporâneo. A ascensão e auge do capitalismo, que fundamentaram a hegemonia da teoria política burguesa e, dentro dela, do liberalismo, levaram

a que as conquistas democráticas se tivessem que realizar nos interstícios da ordem jurídico-institucional criada pela burguesia.

Ainda assim, reafirmando a lógica de uma sociedade baseada no privilegiamento do setor econômico em detrimento do social, as políticas sociais surgem com uma contradição, pois ao mesmo tempo em que representam uma conquista por parte dos trabalhadores, como reconhecimento da imensa luta por direitos sociais, elas também são fruto de uma estratégia dos setores dominantes para conter essa mesma luta.

O conteúdo da Constituição refletiu uma disputa de hegemonia, contemplando avanços, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, pág. 141- 142).

No início do Século XXI, com a chegada à presidência de um presidente com raízes operárias, eleito depois de três derrotas, a lógica das políticas sociais tende a mudar. Sua vitória foi conhecida por muitos como o fracasso do neoliberalismo no Brasil. Para Mota (2010), essas políticas têm se apresentado como estratégia de integração responsável em possibilitar a reprodução econômica e social de uma parcela significativa e crescente da população brasileira.

A estratégia do governo Lula, segundo Mota (2010), é focar na política de Assistência Social, como mecanismo de enfrentamento as desigualdades sociais, típicas das relações que se estabelecem no capitalismo. Sendo assim, o Estado na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ele amplia o campo da Assistência Social, fazendo com que tenham direito a ela não apenas os pobres, miseráveis e aqueles inaptos a produzir, mas também os desempregados. Porém, essa ampliação de direito se limita ao papel, tendo em vista que o público que necessita da assistência social tem nos benefícios e serviços ofertados uma forma de reprodução da sua condição de desigualdade e não de superação.

## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO**

A Política de Assistência Social no Brasil vêm juntamente com a política de Saúde e de Previdência Social constituir o tripé da Seguridade Social desde a Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) promulgada em 1993:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n.8.742 de 7 de dezembro de 1993).

A assistência social configura-se como reconhecimento público e legítimo das necessidades de seus usuários provendo serviços, programas, projetos e benefícios de prestação social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócios assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais, centralidade na família, e que convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2005, pág. 27). Segundo Simões a assistência social:

Para reduzir os níveis de pobreza prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio as gestantes, creches e cursos profissionalizantes, garantia de um salário mínimo para pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes, por meio de ações continuadas de assistência social. (SIMÕES, 2009, pág.283)

A LOAS deu novo significado à assistência social, cujo eixo é dado na formação do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. A história da assistência social não termina com a promulgação da LOAS, pois após a Constituição de 88, no Brasil evidenciam-se fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social. O processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 90, um processo de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato.

No cenário atual, onde predomina o capital financeiro e a lógica neoliberal, temos um Estado mínimo para o social e máximo para o desenvolvimento do capital e nesse contexto a Seguridade Social que, embora seja formada por um tripé de políticas que se pressupõem emancipatórias, se apresentam como fragmentadas e assistencialistas. A questão social passa a ser enfrentada, quase que em sua totalidade, por meio de programas de transferência de renda, que passam a ser responsáveis por grande parte dos recursos “ampliados” destinados à assistência social. Em detrimento ao aumento dos gastos com a assistência, a saúde e previdência social pública são esvaziadas, abrindo campo para a atuação dos sistemas complementares, ou seja, planos de saúde e previdência privados. (MOTA, 2010).

Mesmo com um investimento de recursos na assistência social, ela não consegue atingir na íntegra o público que dela necessita e neste contexto temos que a parcela da população desempregada que não se enquadra no perfil de acesso à assistência, passa a ser estimulada a investir no empreendedorismo. Em suma, verifica-se que as conquistas da Constituição de 1988 não se materializaram e neste contexto de reestruturação produtiva e de financeirização do capital temos um agravamento das expressões da questão social e, paralelamente, políticas públicas cada vez mais focalizadas, compensatórias e fragmentadas. Temos uma redução e um esvaziamento dos direitos sociais historicamente conquistados por meio da luta de classes.

## O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO MARCADO POR UM COMPROMISO DE CLASSE

Conjuntamente com a luta pela redemocratização do país e a instituição das políticas sociais no Brasil, o Serviço social lança uma discussão nos anos 1980 ancorado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional desde o Movimento de Reconceituação da profissão, iniciado após o golpe de 1964.

O projeto da modernização conservadora, implementado pelo Estado pós-64, põe novas demandas à profissão, consolidando a necessidade de sua renovação; abre-se um espaço à explicitação de diferentes projetos profissionais, deslegitimando a imparcial homogeneidade do Serviço Social tradicional. Desta forma, ainda que limitado em seu potencial político, o ethos de ruptura desenvolveu-se no interior da academia, durante a ditadura, donde o aparecimento, nos anos 70, de elaborações teóricas orientadas pelo marxismo, apontando para um debate teórico-metodológico significativo. (BARROCO, 2001, PÁG. 108).

O resultado dessa mudança na direção do serviço social possibilitou a criação de uma massa crítica por parte dos alunos, então, o ciclo autocrático burguês, mesmo que demandasse um profissional apto para atender suas demandas, forneceu patamar para preocupações intelectuais e políticas dos Assistentes Sociais. É neste processo de recusa e crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político. (NETTO, 1999).

Este fortalecimento profissional do Serviço Social realizou-se em conquistas teóricas e práticas, como o Código de Ética Profissional de 1986, através de duas condutas: a primeira sendo a negação do conservadorismo e a última um novo perfil profissional competente teórico, técnico e crítico. (BRASIL, 2011). As mudanças ocorridas começaram com a interpretação de que a ética tem como base uma ontologia do ser social: os valores são afirmados pela prática social, conseqüente da atividade criadora no processo de trabalho.

Marx se refere às capacidades desenvolvidas pelo trabalho: necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, manter a vida humana. (BARROCO, 2001, pág. 21)

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está unido a um projeto de transformação da sociedade. Essa junção se dá pela própria exigência que a dimensão política de intervenção profissional põe. Ao agirmos no movimento contraditório das classes, direcionamos às nossas ações profissionais favorecendo a um ou a outro projeto societário, o que não é a intenção dos Assistentes Sociais, segundo o Código de Ética e o Projeto Profissional. (NETTO, 1999) O nosso compromisso ético-político é claro e explícito quanto aos seus compromissos:

Tem em seu núcleo reconhecimento da liberdade como valor ético central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre

alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, Pg. 104-5)

Na conjuntura atual o nosso projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, porque remete à manutenção ou não das suas bases teóricas e ético- políticas. Por isso para Guerra (2012) é importante o resgate da natureza teórica e investigativa do Serviço social presente nas atribuições privativas e competências profissionais (Lei nº8662/93), tendo em vista que o serviço social tem se apropriado das ciências sociais, muitas vezes de forma eclética e retirado um conjunto de “modos de operar” necessário a concretização de suas ações. É necessário atribuir aos instrumentos e técnicas sua razão científica, assim teremos uma intervenção qualificada.

## **O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG ENQUANTO ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

O município de Ponte Nova está localizado no sudeste de Minas Gerais, possuem aproximadamente 57.390 mil habitantes (IBGE,2010). A gestão da Assistência Social no município é plena de porte médio. A Secretaria de Assistência Social e Habitação do município foi criada em 1993, quando se desvinculou da Secretaria de Saúde. Houve a criação de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e um CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) em 2007, que permanecem sendo os únicos da cidade, apesar do município possuir porte e demanda para implantação de outros.

No CRAS são desenvolvidos trabalhos de acompanhamento familiar, com desenvolvimento de oficinas, concessão de benefícios eventuais e de transferência de renda, que é o caso do Benefício de Prestação continuada, a área de abrangência são de 5 bairros. O CREAS realiza atendimento e acompanhamento aos casos que já houve rompimento de vínculos familiar, como acompanhamento ao Conselho Tutelar e a toda a rede de Assistência. Existem ainda, as unidades ligadas a Secretaria de Assistência, que são uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, uma Casa Abrigo, que se configura como um Albergue e ainda uma Casa Lar para crianças e adolescentes.

Na sede da Secretaria, está localizada a equipe responsável pela gestão da política no município, como a equipe do Programa Bolsa Família e da Habitação, e ainda o serviço caracterizado como Plantão Social, objeto deste estudo. O Plantão Social conta com profissionais de Serviço Social e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira de 07hs às 17hrs. Este espaço se concretiza como atendimento de demandas imediatas, que devem ser respondidas através da concessão dos Benefícios Eventuais, que estão previsto

na LOAS/1993.

O município também possui legislação que caracteriza os benefícios eventuais no âmbito municipal, portanto, prevê além dos auxílios natalidade ou morte; o auxílio alimentação (cesta básica), pagamento de contas de luz/água e gás, passagens para migrantes, isenção para documentos e fotos. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social. O benefício eventual se destina aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria suas necessidades básicas e de manutenção.

Conforme a LOAS são vedados na aplicação desse benefício qualquer situação de constrangimento ou vexatórias para a comprovação das necessidades de seus beneficiários. (LOAS, 1993). Faz parte ainda do trabalho no Plantão Social, elaboração de estudos sociais como requisição do Ministério Público e do Conselho tutelar, além de encaminhamento para toda a rede. Os instrumentos mais utilizados são a entrevista e a visita domiciliar. O público atendido é na sua maioria, famílias chefiadas por mulheres, usuários do Programa Bolsa Família, indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, famílias numerosas e que foram historicamente estigmatizadas pela sua condição de pobreza e vulnerabilidade social.

Com a finalidade de realizar seu trabalho de forma ética e com comprometimento de classe, o assistente social deve, neste espaço (que por vezes é muito restrito apenas às normas legais), atuar como aquele que realizará uma escuta qualificada, conhecendo a sua totalidade, tendo em vista as contradições impostas pela sociedade capitalista.

Para tanto, deverá valer-se de seu referencial ético-político, teórico- metodológico e técnico-operativo, considerando as demandas impostas pelo capital à classe trabalhadora, direcionando sua ação para a perspectiva de garantia dos direitos dos trabalhadores e a construção de outra ordem societária, que seja livre de dominação de uma classe pela outra. Mas é aí que ocorrem as grandes limitações profissionais, visto que a fragmentação e o imediatismo dos atendimentos realizados podem levar a uma visão naturalizada da questão social, como atendimentos esvaziados de potencial crítico, se configurando em entrevistas técnicas, que visem apenas a „entrega“ do benefício, dando a visão de que não precisa ser um profissional de serviço social para realização desta prática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital. Isso se dá por meio de profundas e substantivas transformações societárias. Cabe-nos sinalizar que num determinado tipo de sociedade, a do capital, “o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumentos para a execução



das necessidades de outrem” (LESSA, apud GUERRA, 2012).

Desse modo, vale lembrar que o assistente social também é trabalhador assalariado e também sofre na pele a exploração imposta pela dinâmica capitalista. Num contexto em que cresce a demanda por serviços sociais, a Política Social aparece cada vez mais seletiva, com poucos recursos, pagando baixos salários e por vezes não garantindo estabilidade via concurso público aos profissionais que a operacionalizam, o que torna mais difícil a tarefa do assistente social de contribuir na construção de estratégias de ação, de superar as barreiras/limites institucionais e de relações de poder.

Destacamos ainda, que todo espaço de trabalho inserido dentro das políticas sociais, são também marcadas pelas suas determinações históricas, as relações sociais de produção, a lógica fordista e gerencial através de adoção acrítica dos critérios da racionalidade instrumental, muitas vezes assumidas de maneira imperceptível e inconsciente. Mantendo uma lógica pragmática e produtivista que conforma valores, como rentabilidade, alcance de metas de produtividade e prestígio político partidário. (GUERRA, 2012).

Desse modo, no Plantão social, em que o contato profissional/ usuário é intermediado pelo imediatismo, o profissional vê a sua instrumentalidade totalmente “enlaçada” pelas artimanhas do capital, fica cada dia mais difícil efetivar sua intervenção comprometida com um projeto profissional que tem como objetivo primordial a luta pela emancipação política dos indivíduos sociais.

Ainda assim, o profissional deve buscar conhecer os limites impostos pela ordem burguesa, que incidem em todas as políticas sociais, conhecer as contradições em que elas estão inseridas para que desta forma possa fazer as tensões possíveis e necessárias, através de organização da categoria profissional, utilizando os potenciais dos espaços sócio ocupacionais para efetivar sua prática. No caso do plantão, realizar articulação com os usuários pra que entendam e reivindiquem por seus direitos e buscar articulação com os outros serviços para que mesmo com todas as limitações a discussão seja feita entre os profissionais e também entre os setores, no sentido sempre de ir além do que está posto. O desafio colocado pelo nosso projeto ético político, de manter firmes as raízes que orientam o nosso fazer profissional, é tarefa cotidiana e só poderá de fato ser executado se as respostas e as ações forem organizadas coletivamente, qualificadas e comprometidas com a ética profissional e com a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, M. Lucia S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI. Política Social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À

FOME. Resolução n 145 de 15 de outubro, Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Brasília, 2004.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742. Brasília, 1993.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnica-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. A Constituição de 1988. Disponível em: [http://www.mariniescritos.unam.mx/036\\_brasil\\_port.htm](http://www.mariniescritos.unam.mx/036_brasil_port.htm). Acesso em 06 de julho de 2014, às 14:00 horas.

MOTA, Ana Elizabete. O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

### C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

### D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

### E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

### G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

### I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

## L

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

## M

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

## P

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

## S

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

## T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

## V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64


# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 




# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 